



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5
INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90344/2025/SUPEL/RO

PARA O ITEM ÚNICO, aplica-se **AMPLA PARTICIPAÇÃO** com reserva de cota de até 25% para as ME/EPP, em atenção à justificativa disposta nos **itens 8 e subitens**, e **22.9.1** do **Termo de Referência (0066088978)**.

RESUMO DOS DADOS

| | |
|--|--|
| ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/02/2026, às 10h00min (horário de Brasília) sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br . | Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 20/02/2026 . |
|--|--|

| | |
|--|---|
| OBJETO | |
| Aquisição de inseticida - larvicida Natular 20 EC , para atender as demandas da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA/RO. | |
| FUNDAMENTO: Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024, dentre outros. | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO : 0002.004497/2024-09 | |
| UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br . | |
| VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO | |
| ORÇAMENTO ANUAL | R\$ 243.151,20 (duzentos e quarenta e três mil cento e cinquenta e um reais e vinte centavos) |

| | | | |
|--|-----------------------------|--|--|
| VISTORIA | | INSTRUMENTO CONTRATUAL | |
| Não se aplica | | Contrato | |
| DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ITEM 12) | | | |
| Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no <u>item 12.6 do Termo de Referência</u> . 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no <u>item 12.7 do Termo de Referência</u> . 3. Regularidade Fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no <u>item 12.4, 12.5 do Termo de Referência</u> . 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no <u>item 22.7.1 do Termo de Referência</u> . | | Requisitos Específicos: | |
| CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP? | RESERVA COTA ME/EPP? | EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO? | |
| Não | Sim | Não | |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO | MODO DE DISPUTA | CONTRATAÇÃO OU AQUISIÇÃO | |
| Menor Preço | Aberto e Fechado | Aquisição | |
| TELEFONES PARA CONTATO | | E-MAIL PARA CONTATO: | |
| (69) 3212-9243 | | cogen5.supel@gmail.com | |
| OBSERVAÇÕES GERAIS: | | | |
| 1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470. | | | |
| 2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2024) | | | |

SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DO OBJETO;
3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
8. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
10. DO RECURSO;
11. DA HOMOLOGAÇÃO;
12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
16. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da **Portaria nº 290/2025/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 04 de novembro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o nº 90344/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com o **Método de Disputa: ABERTO E FECHADO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#) e [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#) e Decreto Estadual nº 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessada a **Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA/RO**.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de larvicida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no Termo de Referência deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 3.1 e seus subitens do Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"3.1. Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a implantação de Pregão Eletrônico com vistas aquisição de inseticida, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, conforme inciso XIII do Art. 42, do Decreto 28.874/2024.

Vale informar que a presente aquisição não é para formação de Ata Registro de Preço, o quantitativo especificado abaixo será distribuído nos municípios especificados no quadro de distribuição constante no item 3.2."

| Item | Descrição do Objeto | Unid. de Medida | Quant. |
|------|--|-----------------|--------|
| 01 | O larvicida Natular 20 EC é um produto com tecnologia única e molécula inovadora, sendo uma nova e importante arma no combate ao Aedes Aegypti Aedes albopictus, Culex sp., e Anopheles sp. O princípio ativo ESPINOSADE é de origem natural, proveniente da bactéria de solo Saccharopolyspora spinosa. Frasco de 1 litro. | Litro FR. | 30 |

2.4. Da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 10 e seus subitens do Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"10. GARANTIA

10.1. Quanto à garantia dos materiais ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

10.2. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses após a entrega dos materiais;

10.3. O início da contagem do período de garantia dar-se-á após do recebimento definitivo do objeto.

10.4. Quanto à validade dos materiais estes deverão ter uma validade de pelo menos 12 (doze) meses na data da entrega.

10.5. A garantia dos materiais consistirá na reposição, quando da ocorrência de mau funcionamento do(s) produto(s), danos provocados pela forma de armazenamento, transporte ou composição/modelo (as especificações técnicas) divergente(s) do solicitado.

10.6. Quanto a garantia consistirá na complementação de serviços feitos incompletos/paliativos e outros ajustes conforme o código de defesa do Consumidor.

10.7. Comprovada a impossibilidade ou impropriedade da utilização do material, este deverá ser substituído em 07 (sete) dias úteis, sem qualquer ônus para Contratante.

10.8. "... sem prejuízo das garantias e direitos legais inscritos nos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes".

10.9. A cédula de identidade Civil deverá atender as exigências contidas na Lei nº. 7.116 de 29.08.1983, regulamentado pelo Decreto nº. 89.250 de 27.12.1983.

10.10. Da Amostra:

10.11. Não exigência, considerando:

10.12. a baixa complexidade do objeto;

10.13. que as especificações usuais do mercado, para este objeto, são suficientes para a aquisição que se pretende, não necessitando de amostra na fase de aceitação das propostas, na sessão on line do pregão."

2.5 Das condições contratuais/garantia do contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 14 e seus subitens do Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"14. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS/ GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Formalizado o Contrato Administrativo, ficará estabelecido em cláusulas as condições e responsabilidades entre as partes, para fornecimento do serviço, em conformidade com este instrumento e com a proposta da empresa, sob o crivo da Procuradoria Geral do Estado – PGE-RO.

14.2. O instrumento contratual será(rão) elaborado e formalizado(s) pela Procuradoria Geral do Estado - PGE/RO, conforme modelo da mesma

14.3. Para a fiel execução do serviço, obedecerá ao disposto na Lei n 14.133/2021, e demais dispositivos legais e dispostos nas Instruções Normativas em Vigência Geral.

14.4. A garantia do fornecedor será de forma integral, contra qualquer defeito que venham a apresentar.

14.5. A garantia deverá incluir a substituição de material defeituoso no prazo máximo de 48 horas, sem quaisquer ônus a Administração Pública"

2.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 15 e seus subitens do Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"15. DO REAJUSTAMENTO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

15.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do IPCA, medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

15.2. $R = V \times I - I_0$, onde:

15.3. R = Valor do reajuste procurado;

15.4. V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

15.5. I = Índice relativo à data do reajuste;

15.6. I_0 = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação.

15.7. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada, que deverá apresentar planilha de composição de custos unitários com a descrição dos componentes e do valor detalhado, tendo em vista que o reajustamento pressupõe a demonstração analítica de aumento dos custos contratuais para justificar o aumento nos preços.

15.8. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

15.9. A Contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

15.10. O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até a 25% do valor inicial atualizado do contratado, conforme estabelece o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.11. O(s) valor(res) contratado(s) será(rão) fixo(s) e irrealizável(eis) pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 2º e seu § 1º, da Lei Federal nº 10.192/01 - princípio da anualidade que as propostas devem observar, bem como, disposições contidas no Decreto Estadual 25.829/2021, de 11/02/2021.

15.12. Durante o prazo de vigência do Contrato, seu respectivo valor será irrealizável. A periodicidade para eventual reajuste de preços será anual, contando-se a partir da data limite para apresentação da proposta comercial, utilizando-se o índice o IPCA.

15.13. Entre as disposições relevantes do reajuste do contrato, previstas pelo Decreto nº 25.829, de 11 de fevereiro de 2021, conforme preconiza:

Art. 4º O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais. § 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano. § 2º A periodicidade anual nos contratos de que trata o § 1º será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir. § 3º Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados seja preponderantemente formado pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo. Art. 5º Para fins de adoção de índices pré-fixados de reajuste, os gestores observarão o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste. § 1º Na falta de índice de reajuste específico para o objeto, poderá ser utilizado os índices oficiais que estabelecem a inflação. § 2º Para itens de

contrato que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice."

2.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 18 e seus subitens do Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"18. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1. A fiscalização da entrega do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por uma comissão de no mínimo 03 (três) pessoas, indicados pelo titular da pasta, dos quais deverão dentre outros averiguar o que segue;

18.2. A AGEVISA-RO, designará o(s) seu(s) representante(es) para acompanhar e fiscalizar o recebimento de BENS e de SERVIÇOS das suas contratações, os quais deverão fazer as anotações pertinentes e de estilo em registros próprios das ocorrências relacionadas à execução da entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados:

a) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(s) responsável(veis) pelo RECEBIMENTO DO(S) BEM(ENS) E/OU DO(S) SERVIÇO(S) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias.

b) O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

Havendo necessidade será(rão) designado(s) servidor(res) ou comissão especial(ais) para o recebimento e/ou fiscalização do objeto."

2.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no item 5 e subitens do Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"5. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

5.1. Local e Horário: Os materiais serão entregues no Almoxarifado da **AGEVISA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA**, localizado na **Av. Pinheiro Machado nº 4691 – Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-502, na cidade de Porto Velho, Rondônia, CNPJ: 07.864.604/0001-25** no horário de **7h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira**. Caso não haja expediente na data marcada, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente.

5.2. Fica a Contratada ciente de que qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, e movimentação dos materiais até as dependências do Almoxarifado é de inteira responsabilidade da Contratada e/ou da transportadora.

5.3. Prazo/Cronograma de Entrega

5.4. Os materiais e serviços deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.5. Local de utilização/Destinação do Material

5.6. Os materiais serão para atender as necessidades da AGEVISA de Rondônia.

5.7. Condições/Recebimento.

5.8. Após cada nota fiscal apresentada pela CONTRATADA na GTAF/AGEVISA/RO, deverão ser emitidos os Termos de Recebimento (Provisório e Definitivo) por servidor ou Comissão de Recebimento nomeada pela AGEVISA/RO;

5.9. Os Materiais serão recebidos na forma do art. 140 inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei nº. 14.133/2021, sendo:

5.10. a) Provisoriamente, em até 05 (cinco) dias de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais

5.11. a) Definitivamente: em até 10 (dez) dias úteis, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.12. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato

5.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.14. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

5.15. Se, após o recebimento provisório, por meio de verificação minuciosa ou testes realizados, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado ou com a Proposta, com defeito ou incompleto, após a notificação da Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento desse(s) material(ais), até sanada a situação.

5.16. Na ocorrência de qualquer uma das hipóteses a que se referem os subitens anteriores previstos neste item, fica a Contratada obrigada a sanear a situação **no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis**, a contar de sua notificação, **via fax ou correio eletrônico**, sem quaisquer ônus à Contratante.

5.17. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material."

2.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no item 9 e subitens do Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"9. DO PAGAMENTO:

(Base legal: art. 18º, III, E ART. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021 - Decreto estadual n. 28.874/24)

9.1. O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis." Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou a documentação não esteja regularizada, a contagem dar-se á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação:

a) Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal com Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Comprovação de regularidade com a Fazenda Estadual com Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede da Contratante, relativa a tributos estaduais;

c) Comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal com Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da Contratante;

d) Comprovação de regularidade com a Justiça do Trabalho com Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

e) De regularidade com o FGTS, com Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

9.2. A contratada fará constar no documento fiscal, além das especificações e quantitativos do objeto, o número da NOTA DE EMPENHO, o NÚMERO DO PROCESSO, e as informações relativas aos seus dados bancários para pagamento do faturamento.

9.3. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas as partes não controvertidas no prazo fixado para pagamento;

9.4. Fica ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas, devidamente justificada, caso em que a Contratante contará com o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, para efetuar a análise, ficando o respectivo pagamento a ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias.

9.5. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) Contratada(s), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos art. 162 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

9.6. Qualquer atraso ocorrido, por parte da Contratada, na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

9.7. Os eventuais encargos financeiros decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

9.8. A administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais,

devidamente protocoladas no órgão.

9.9. A administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada quando legalmente exigidos.

9.10. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:"

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$$I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

2.10. Da obrigação da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no item 13.1 e subitens do Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"13.1. Da Contratada

13.1.1. As obrigações da Contratada são as resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021, demais normas pertinentes, bem como, às previstas no Termo de Referência.

13.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios;

13.1.3. Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

13.1.4. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto; 21.1.5. Fazer acompanhar, quando da entrega dos serviços, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes;

13.1.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação para tal;

13.1.6. Comunicar a Contratante, verbalmente no prazo de 03 (três) dias e por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, ainda que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

13.1.7. Ficará a cargo da empresa o custo relacionado ao transporte, taxas e impostos dos materiais;

13.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como pelos custos de frete e de tributos, resultantes da execução do contrato;

13.1.9. Responsabilizar pelos danos causados à Administração e a terceiros decorrentes da execução do contrato;

13.1.10. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes da SAMS e Termo de Referência em consonância com a proposta apresentada, no local indicado no Termo de Referência, até 30 (trinta) dias corridos contados após o recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente.

13.1.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.1.12. Manifestar o recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio dos mesmos."

2.11. Da obrigação da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no item 13.2 e subitens do Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"13.2. Da Contratante

13.2.1. Promover, por meio do Setor Competente, o recebimento dos materiais entregues sob os aspectos de conformidade com as especificações, quantidade e qualidade, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

13.2.2. Receber provisória e definitivamente os materiais nas formas definidas.

13.2.3. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços.

13.2.4. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos neste instrumento, bem como prorrogar prazos e aplicar sanções, se for o caso.

13.2.5. Fornecer à Contratada as informações e demais elementos pertinentes à execução do presente termo.

13.2.6. Promover a fiscalização do contrato.

13.2.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta."

2.12 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no item 22 e subitens do Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"22. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

22.1. Os materiais a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os Critérios de Sustentabilidade Ambiental;

22.2. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

22.3. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

22.4. CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação"

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: **cogen5.supel@gmail.com**;

3.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pela Equipe SUPEL-COGEN5 desta Superintendência, para não tornar sem efeito, ou pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar presencialmente na **SUPEL**, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

3.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site

Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – **ICP** – Brasil.

4.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

4.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** no momento da habilitação.

4.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.6.4. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.6.5. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 22.7 do Termo de Referência:

"22.7 - DO ART. 45 DO DECRETO ESTADUAL 28.874/2024

22.7.1 - Deverá constar em Edital as exigências de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio, justificativa para a admissibilidade

ou inadmissibilidade de participação de sociedades cooperativas e justificativa para eventual afastamento da observância do regime especial da Lei Complementar nº 123, de 2006."

4.6.7. Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 16 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

"16. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

16.1 - Fica expressamente **vedada** a subcontratação de qualquer parte do objeto deste contrato, não sendo necessária ou permitida a utilização de terceiros para a execução dos serviços ou fornecimento de bens, salvo em casos excepcionais, desde que devidamente justificados e autorizados pela Administração Pública, conforme as disposições legais aplicáveis. (§2º do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021)."

5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma **LC 123/06**.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

5.4 Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.

6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

6.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

6.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 3 e 22.8 e seus subitens, do Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO E FECHADO, conforme item 3.4.5 deste Edital - Termo de Referência:

"3.4.5 - Modo de Disputa - Aberto e Fechado, em conformidade com o Artigo 56, incisos I e II da Lei Federal nº. 14.133, de 2021."

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – **ME** ou Empresa de Pequeno Porte – **EPP**, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.**

7.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), **nesta ordem:**

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

7.11. Em caso de impossibilidade de utilização do subitem 7.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 7.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.13 Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade

de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação.

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do **CHAT MENSAGEM** do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

8.3.1.1. O prazo previsto no subitem 8.3.1 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final.

8.3.1.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 8.3.1.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

8.3.3. **A PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, em caso de descumprimento das exigências.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no item 10.10 do Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 3 e 22.8 e seus subitens do termo de Referência.

8.9. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.9.1. A **SUPEL** solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

8.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 8.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

8.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da **SUPEL** informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

8.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

8.9.4. O procedimento mencionado no item 8.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

8.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - **CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS/CGU** (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - **TCU**.

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

9.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – **CAGEFOR** da **SUPEL**, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **inabilitação**.

9.6 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de

habilitação.

9.7.1. O prazo previsto no subitem 9.7 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final

9.7.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.7.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.8. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov a documentação exigida e atualizada, nos termos do Edital, sob pena de inabilitação.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.11.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.11.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – **DAP** ou **DAP- P** válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do **INSS** – **CEI**, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

9.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

9.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 12.7 e seus subitens deste edital - Termo de Referência:

"12.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.7.1 certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

12.7.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de X% (xxxx por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

12.7.3 no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

12.7.4 caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

12.7.5 As regras descritas nos itens xxx e xxx deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

12.7.6 Considerando os valores da aquisição, PARA O (s) ITEM (ns): 1 às empresas deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características.

17.7.7 O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

12.7.8 Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado."

9.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 12.8 e seus subitens do Termo de Referência deste Edital:

"12.8 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Em conformidade com o disposto no inciso IX do art. 18 da **Lei Federal nº 14.133/2021** e no inciso IV do art. 45 do **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, as exigências de qualificação técnica e financeira para a presente contratação são justificadas de forma circunstanciada, com vistas a assegurar que apenas empresas devidamente capacitadas e economicamente estáveis participem do certame, garantindo a execução adequada e segura do objeto.

Justificativa Circunstanciada:

Considerando que a contratação envolve **produtos químicos (venenos/pesticidas)** de uso controlado e potencialmente perigoso, torna-se imprescindível que as empresas participantes comprovem:

Capacidade técnica, mediante apresentação de atestados de fornecimento anterior de produtos similares, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem experiência compatível com o objeto;

Responsável técnico habilitado, com registro ativo no respectivo conselho profissional;

Conformidade com normas sanitárias e ambientais, mediante apresentação de licenças, autorizações ou certificados exigidos pela **ANVISA, IBAMA e MAPA**;

Capacidade financeira adequada para suportar o fornecimento, comprovada por meio de balanço patrimonial e demonstrações contábeis que evidenciem boa saúde econômico-financeira.

Condições Requisitadas:

As exigências acima têm como finalidade **assegurar a qualidade, a segurança e a regularidade do fornecimento**, prevenindo riscos à Administração e à saúde pública, dada a natureza sensível dos produtos a serem adquiridos.

As condições solicitadas são **proporcionais e adequadas ao objeto**, não restringindo a competitividade, mas garantindo que as empresas contratadas possuam efetiva capacidade técnica, operacional e financeira para o cumprimento integral do contrato."

9.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.17. DAS DECLARAÇÕES:

9.17.1. Será verificado, no sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, se, no momento do cadastramento da proposta inicial, os licitantes declararam o cumprimento das exigências previstas nas disposições legais aplicáveis:

a) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordar com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

c) Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observância aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante

i) Cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) O licitante organizado em **COOPERATIVA** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

k) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

k.1) A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021. Id. ([68784046](#)).

9.18. Não será necessária a juntada das documentações exigidas diretamente na plataforma Compras.gov.br, em meio eletrônico, juntamente com os demais documentos de habilitação e proposta.

9.19. Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

9.20. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

10. DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de **JULGAMENTO e HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da

ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no item 17 e subitens do Termo de Referência.

13.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia, Unidade Gestora AGEVISA/RO, conforme estabelecido no item 6 do Termo de Referência:

"6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Função Programática: 2263

Natureza da Despesa: 33.90.39

Fonte: 1.600.0.00001"

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - **DF**.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.10.1. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - **SUPEL** via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

15.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

15.13. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

16. DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência ([0066088978](#));

ANEXO II - SAMS ([0059298397](#));

ANEXO III - Quadro Estimativo de Preços ([67963886](#));

ANEXO IV - Modelo de Minuta de Contrato ([0066096045](#));

ANEXO V - Modelo de declaração complementar para ME/EPP/MEI ([68784046](#))

ANEXO VI - Análise de Risco ([0060658735](#));

Porto Velho-RO, 04 de fevereiro de 2026.

IVANIR BARREIRA DE JESUS

Pregoeira - COGEN5/SUPEL RO

Portaria nº 290 de 04 de novembro de 2025

Elaborado por:

Yasmim Gabrieli Zaia da Costa

Estagiária da Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5



Documento assinado eletronicamente por **Ivanir Barreira de Jesus, Pregoeiro(a)**, em 04/02/2026, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066885993** e o código CRC **5DB9321A**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0002.004497/2024-09

SEI nº 0066885993

Criado por [02394214260](#), versão 37 por [63444194234](#) em 04/02/2026 13:34:13.

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA

Gerência Técnica Administrativa Financeira - AGEVISA-GTAF

TERMO DE REFERÊNCIA**1. IDENTIFICAÇÃO****Unidade Orçamentária:** Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA**Requisitante:** Núcleo de doenças Transmitidas por Vetores - NDTV/AGEVISA-RO**2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

2.1 - Este Termo visa assegurar os melhores resultados possíveis para a referida contratação, sem frustrar o caráter competitivo da sua execução, atendendo e resguardando os interesses da Administração Pública.

2.2 - A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

2.3 - Em Observância ao disposto na Lei, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal e pertinente, e aplicando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, e demais normas regulamentares estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2.4 - Na contratação não se aplicará a exclusividade de empresas enquadradas como ME e EPP, inclusive MEI, (art. 48, I, da LC nº. 123/2006) sem prejuízo da sua participação na cota principal tendo em vista que é de pleno conhecimento que em nosso mercado local/regional não existe pelo menos três fornecedores competitivos enquadrados como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte capazes de cumprir as exigências no instrumento convocatório (art. 9. II, LC nº 123/2006) considerando, principalmente pesquisas nas licitações com objetos similares (0019.071242/2022-01) e que foram realizados pela Administração Pública, disponíveis no portal de Preços.

3. DO OBJETO E OBJETIVO**3.1. Objeto**

O presente Termo de Referência tem por objeto a implantação de Pregão Eletrônico com vistas aquisição de inseticida, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, conforme inciso XIII do Art. 42, do Decreto 28.874/2024.

Vale informar que a presente aquisição não é para formação de Ata Registro de Preço, o quantitativo especificado abaixo será distribuído nos municípios especificados no quadro de distribuição constante no item 3.2.

3.1.1 - Da especificação Técnica para a Especificação do Produto – Larvicida Natular® 20 EC (Espinosade):

A presente contratação tem por objeto a aquisição de larvicida Natular® 20 EC (Espinosade), destinado às ações de controle de vetores de importância sanitária, em especial *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya, no âmbito da Agência Estadual de Vigilância em Saúde – AGEVISA/RO.

Fundamentação técnica da escolha do princípio ativo (Espinosade):

O produto Natular® 20 EC contém como princípio ativo o Espinosade, composto biológico de origem natural, derivado da fermentação da bactéria *Saccharopolyspora spinosa*. Trata-se de substância autorizada pela ANVISA e recomendada pelo Ministério da Saúde para uso em programas oficiais de controle vetorial, conforme diretrizes técnicas vigentes.

O Espinosade atua de forma seletiva sobre o sistema nervoso de larvas de mosquitos, apresentando alta eficácia larvicida em baixas concentrações e baixo impacto ambiental, com toxicidade reduzida para mamíferos, aves e organismos não alvo. Além disso, demonstra excelente estabilidade em água, ampla faixa de pH de atuação e persistência adequada para o controle contínuo em depósitos de difícil acesso.

Inexistência de produtos equivalentes com a mesma eficácia e segurança:

Após levantamento técnico e de mercado realizado pela equipe da AGEVISA/RO, foi constatado que:

O Natular® 20 EC (Espinosade) é o único produto registrado no Brasil com o referido princípio ativo e formulação emulsificável líquida (EC), aprovado pela ANVISA para uso em programas de controle de vetores;

Outros princípios ativos disponíveis no mercado (como *Temefós*, *Diiflubenzuron* e *Pyriproxyfen*) não apresentam a mesma eficácia, perfil toxicológico favorável ou estabilidade sob as condições de campo observadas na região amazônica;

O *Temefós*, amplamente utilizado no passado, encontra-se com eficácia reduzida devido à resistência desenvolvida pelas populações de mosquitos em diversos estados, conforme relatórios técnicos do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS);

O *Diiflubenzuron* e o *Pyriproxyfen*, apesar de serem reguladores de crescimento, possuem modo de ação distinto e menor velocidade de mortalidade larval, não sendo indicados para as situações emergenciais de controle rápido adotadas pela AGEVISA/RO.

Portanto, o Natular® 20 EC (Espinosade) destaca-se como única solução tecnicamente adequada e comprovadamente eficaz para o controle larvário de *Aedes aegypti*, garantindo segurança aos aplicadores e à população, e menor impacto ao meio ambiente.

Justificativa de adequação técnica e não restrição à competitividade:

A especificação do produto pelo seu nome comercial e princípio ativo específico decorre de necessidade técnica comprovada e não tem caráter restritivo, uma vez que:

O produto atende integralmente às exigências do Programa Nacional de Controle do *Aedes aegypti* (PNCD/MS);

Não existem produtos equivalentes ou genéricos com o mesmo princípio ativo e formulação registrados na ANVISA;

A escolha baseia-se em critérios objetivos de eficácia, segurança e sustentabilidade ambiental, devidamente comprovados por dados técnicos e estudos de desempenho;

A adoção de outro princípio ativo implicaria redução comprovada de eficácia e risco de insucesso das ações de controle vetorial, comprometendo a política pública de vigilância em saúde.

Diante do exposto, a especificação técnica do larvicida Natular® 20 EC (Espinósade) mostra-se plenamente justificada, por representar a única alternativa disponível no mercado que reúne os requisitos de eficácia comprovada, segurança toxicológica, baixo impacto ambiental e conformidade regulatória.

A escolha do produto visa exclusivamente atender ao interesse público, assegurando efetividade e continuidade das ações de controle de vetores, sem configurar restrição indevida à competitividade, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal e do art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

| Item | Descrição do Objeto | Unid. de Medida | Quant. |
|------|--|-----------------|--------|
| 01 | O larvicida Natular 20 EC é um produto com tecnologia única e molécula inovadora, sendo uma nova e importante arma no combate ao Aedes Aegypti Aedes albopictus, Culex sp., e Anopheles sp. O princípio ativo ESPINOSADE é de origem natural, proveniente da bactéria de solo Saccharopolyspora spinosa. Frasco de 1 litro. | Litro FR. | 30 |

3.2. Quadro Distribuição:

| Coordenação Estadual | Estado | QTD |
|-----------------------|--------------------|-----|
| Regiões de saúde/RO | Municípios | |
| Madeira Mamoré | Porto Velho | 06 |
| | Candeias do Jamari | 06 |
| | Guajará-Mirim | 06 |
| Vale do Jamari | Alto Paraíso | 06 |
| | Cujubim | 06 |
| TOTAL | | 30 |
| TOTAL Municípios : 05 | | |

3.3. Do Objetivo

Realizar aplicações acompanhadas a campo nas cidades de (1) Porto Velho, (2) Candeias do Jamari, (3) Alto Paraíso, (4) Guajará Mirim e (5) Cujubim, com o larvicida Natular 20 EC aplicando produto através de equipamento costal de compressão prévia e pulverizador motorizado, com quantidade suficiente para proporcionar cobertura uniforme da área designada, aliando a aplicação espacial com molécula previamente designada para quebra do ciclo reprodutivo do mosquito.

Nessa região as condições propícias para a sobrevivência do vetor e as condições socioeconômicas e ambientais favorecem a transmissão da doença. Segundo Maire (1983), os anofelinos, na sua fase larvária, desenvolve-se em locais com água não poluída, vegetação aquática, pouca correnteza e outros fatores próprios do meio ambiente (biofísicos, micro-organismos, matéria orgânica em decomposição). Nos tanques de crescimento e engorda de peixes, ao contrário, a introdução diária de ração à base de soja gera um aumento de matéria orgânica que favorece a presença de fitoplâncton e zooplâncton, os quais constituem alimento para as larvas de anofelinos.

3.4 - Justificação técnica para exigência de Natular™ 20 EC (espinósade)

Resumo da exigência

Exige-se a utilização do larvicida Natular™ 20 EC (espinósade, 20,6% p/p — 240 g/L) devido ao seu perfil técnico, modo de ação SINGULAR, eficácia comprovada em campo contra larvas de Aedes spp., Culex e **Anopheles**, baixo risco toxicológico para mamíferos e ambiente, e reconhecimento por agências internacionais (**WHO Prequalification**). Essas características combinadas o tornam a opção técnica mais adequada para programas de controle de vetores em ambientes urbanos e periurbanos onde se busca eficácia, segurança e gerenciamento de resistência.

Propriedades físico-químicas e composição

Ingrediente ativo: Espinósade (mistura de spinosyn A e spinosyn D) — derivado de fermentação biológica por Saccharopolyspora spinosa.

Concentração (produto Natular™ 20 EC): ≈ 20,6% (240 g/L) em formulação concentrado emulsionável (EC).

Essas características explicam boa solubilidade/formulação para aplicação em reservatórios e criadouros e permitem dosagens eficientes em campo.

Modo de ação — singularidade e importância operacional

Modo de ação único: os spinosyns provocam hiperexcitação do sistema nervoso inseto ao agir como agonistas/ moduladores alostéricos de receptores nicotínicos de acetilcolina (nAChRs) e afetam também receptores GABA de forma **distinta de outros grupos químicos**. Isso é um sítio de ação distinto de organofosforados (temephos), reguladores de crescimento (pyriproxyfen, diflubenzuron/juvenile hormone inhibitors), e de toxinas bacterianas (Bti). Em consequência, há baixa probabilidade de cross-resistance com as classes tradicionais.

Segurança toxicológica e perfil ambiental

Spinosad é um produto de **origem natural com baixo risco para mamíferos e perfil ambiental** considerado favorável; diversas formulações Natular foram reconhecidas com classificação de risco reduzido por agências reguladoras (ex.: avaliação de risco favorável junto a órgãos internacionais). Isso facilita uso em áreas urbanas e próximas a populações humanas.

Reconhecimento e registro técnico-regulatório

WHO Prequalification (PQT/VC) lista especificamente a formulação spinosad 20.62% EC (Natular 20 EC) como produto prequalificado (data de listagem: 28/02/2018), o que atesta conformidade com padrões internacionais de qualidade para controle de vetores. Esse reconhecimento torna o produto preferível para programas de saúde pública que demandam fornecedores/insumos com certificação técnica reconhecida.

Comparação técnica com as alternativas conhecidas (por que não são equivalentes)

Temephos (organofosforado)

Modo de ação: inibe acetilcolinesterase (mecanismo clássico).

Problemas: resistência amplamente documentada em populações de Aedes e Culex; toxicidade aguda relativamente maior a não-alvos; uso crescente de substitutos no Brasil. Portanto, não é equivalente quando há resistência ou quando se busca menor toxicidade ambiental.

Bti (Bacillus thuringiensis israelensis — biolarvívica)

Modo de ação: toxinas bacterianas produzidas por Bti que atuam no intestino larval.

Limitações comparativas: excelente seletividade e segurança, mas desempenho/residualidade pode ser inferior em águas muito orgânicas ou locais com grande variabilidade; algumas condições de aplicação demandam reaplicações frequentes. Bti e spinosad são complementares, mas não são equivalentes em termos de modo de ação, espectro de eficácia e residualidade.

IGRs (pyriproxyfen, diflubenzuron, novaluron)

Modo de ação: afetam desenvolvimento/emergência (inibição do desenvolvimento ou análogos da hormona juvenil).

Limitações: atuam por efeito sobre metamorfose/embreagem (mais subtis), e em alguns cenários podem apresentar menor mortalidade imediata de larvas ou tardia; resistência e variabilidade de efeito foram documentadas. Spinosad provoca mortalidade mais direta por neurotoxicidade nos estágios larvais, portanto não é equivalente clinicamente.

Conclusão comparativa: nenhum dos grupos acima (temephos, Bti, IGRs) combina (a) modo de ação exclusivo dos spinosyns, (b) perfil de segurança e (c) o registro WHO PQ para a formulação 20 EC. Assim, não há outro ativo atualmente no mercado que entregue esse mesmo conjunto de características — o que justifica tecnicamente uma especificação restritiva por necessidade técnica.

Considerações sobre resistência e sustentabilidade operacional

Spinosad apresenta baixo risco de cross-resistance com os pesticidas mais usados devido ao seu sítio de ação distinto; seu uso em rotação de larvicidas é recomendado para gerenciamento de resistência. Políticas de rotação/inserção de spinosad em planos de controle aumentam a longevidade de outras ferramentas e reduzem falhas operacionais. Estudos recentes comprovam susceptibilidade continuada de populações locais a spinosad.

Risco regulatório e operacional de aceitar “equivalentes”

Aceitar genéricos/alternativas sem comprovação do mesmo perfil (mesma concentração, formulação EC, avaliações WHO/ANVISA e estudos de eficácia in loco) pode gerar:

- Perda de eficácia operacional (se o produto tiver diferente formulação ou menor pureza);
- Aumento de custos com reaplicações;
- Risco de insucesso em populações com resistência a classes convencionais;

Portanto, exigir Natular™ 20 EC com comprovação de equivalência técnica (registro, laudos de laboratório e ensaios de campo) é medida técnica justificável e proporcional.

Evidências e referências principais (seleção)

- WHO Prequalification — Spinosad 20.62% EC (Natular 20 EC) — listagem e ficha técnica de pré-qualificação.
- Clarke (fabricante/linha Natular) — portfólio e benefícios técnicos do Natular™.
- Revisões científicas sobre o modo de ação único dos spinosyns (nAChRs / GABA), resistência e perfil biorracional.
- Avaliações de campo e estudos de eficácia com spinosad 20% EC (resultados em diversas espécies vetoras).
- Estudos documentando resistência a temephos e necessidade de alternativas (justificando uso de spinosad).

3.4.1- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

3.4.2 - A contratação tem amparo legal, e fundamentação na Lei 14.133/2021 (artigo 6º, inciso XIII e artigo 82 ao 86) e Decreto nº 28.874/2024.

3.4.3 - O presente Termo de Referência apresenta as informações fundamentais a serem consideradas durante o procedimento licitatório, visando prover a contratação, objeto deste, nos termos da legislação pertinente, conforme estabelece o disposto nos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

3.4.4 - Modalidade de Licitação - Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.5 - Modo de Disputa - Aberto e Fechado, em conformidade com o Artigo 56, incisos I e II da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

3.4.6 - Critério de Julgamento - Menor Preço por item, conforme Art. 33, Inciso I da Lei 14.133/2021.

3.4.7 Dos Princípios a serem observados - Nos termos do art. 5º da Lei 14.133/2021 eis os princípios a serem observados na sua aplicação:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

3.4.7.1- Os preços propostos deverão incluir os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, tributos, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.

3.4.8 - Número da conta corrente, agência, localidade e nome do banco do fornecedor.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

4.1. A malária apesar de ser uma doença tratável e curável, ainda continua sendo um grande problema de saúde pública em diversos países das regiões tropical e subtropical do planeta.

4.2. A malária ainda é um sério problema de saúde pública global, especialmente em regiões tropicais e subtropicais. Em 2021, a Organização Mundial de Saúde registrou 247 milhões de casos da doença em 84 países endêmicos, um aumento em relação aos 245 milhões de casos registrados em 2020. A maioria desse aumento ocorreu na Região Africana. No entanto, houve uma redução no número de óbitos por malária, de 625.000 em 2020 para 619.000 em 2021.

4.3. No Brasil, a grande maioria dos casos de malária, aproximadamente 99,9%, acontece na região amazônica. Em 2021, 33 municípios nessa região concentraram mais de 80% do total de casos de malária do país.

4.4. A malária é uma doença transmitida pela picada do mosquito *Anopheles*, com três espécies do protozoário causando malária no Brasil: *Plasmodium falciparum*, *P. vivax* e *P. malariae*. O *P. ovale* também pode causar a doença, disseminando-se por pessoas infectadas de outros continentes.

4.5. A espécie predominante é o *P. vivax*, que possui uma etapa adicional no seu ciclo biológico com formas latentes no fígado chamadas hipnozoítos, podendo causar recaídas se o tratamento não for feito corretamente. Isso pode perpetuar o ciclo de transmissão se o diagnóstico e tratamento não forem feitos de forma oportuna.

4.6. Apesar dos desafios enfrentados pela malária, o Brasil conseguiu reduzir o número de casos através de ações de controle eficazes.

4.7. Em 2015 foi lançado o Plano de Eliminação da Malária por *P. falciparum* pelo Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária (PNCM), seguido pela proposta de eliminação da doença até 2035 por meio do Elimina Malária Brasil: Plano Nacional de Eliminação da Malária em 2022, alinhado à *meta 3.3 estabelecida no Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)*.

4.8. O Estado de Rondônia, constituído por 52 municípios, possui uma área de 256.000 km² e está localizado na parte sudoeste da Amazônia, ocupando 3,2% da sua área. Limita-se ao Norte com os Estados do Amazonas e Acre; ao Sul, Leste e Oeste com as Repúblicas da Bolívia. A população residente é de 1.230.000 habitantes, dos quais 45,3% estão concentrados em Porto Velho, capital do Estado.

4.9. No Estado de Rondônia, nas décadas de 70 e 80, a criação de projetos de assentamentos proporcionou a vinda de centenas de pessoas oriundas de outras regiões do país, o que permitiu a elevação do índice de malária, que, em meados da década de 90, apresentou um IPA (Índice Parasitário Anual) de 90/1.000 habitantes, ou seja, 100.000 casos para uma população de 650.000 habitantes.

4.10. Da década de 70 até o ano de 2016, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), eram contabilizadas 224 áreas de assentamento no estado de Rondônia.

4.11. Em 2003 foram notificados 89.813 casos de malária, sendo a situação considerada alarmante em 2005 onde foram registrados, 112.959 casos de malária no Estado de Rondônia.

4.12. O presente processo tem por finalidade a compra de Bio Larvicida Natular EC 20, para realizar aplicações acompanhadas a campo nos municípios de (1) Porto Velho, (2) Candeias do Jamari, (3) Alto Paraíso, (4) Guajará Mirim e (5) Cujubim, com o larvicida Natular 20 EC, aplicando produto através de equipamento costal de compressão prévia e pulverizador motorizado, com quantidade suficiente para proporcionar cobertura uniforme da área designada, aliando a aplicação espacial com molécula previamente designada para quebra do ciclo reprodutivo do mosquito.

4.13. DISTRIBUIÇÃO

4.14. Quadro Distribuição:

4.15. Porto Velho, Candeias do Jamari, Guajará Mirim, Alto Paraíso e Cujubim

4.16. Dos quantitativos solicitados:

4.17. O quantitativo total para atender os municípios acima no combate à malária.

5. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

5.1. **Local e Horário:** Os materiais serão entregues no Almoxarifado da AGEVISA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA, localizado na Av. Pinheiro Machado nº 4691 – Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-502, na cidade de Porto Velho, Rondônia, CNPJ: 07.864.604/0001-25 no horário de 7h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira. Caso não haja expediente na data marcada, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente.

5.2. Fica a Contratada ciente de que qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, e movimentação dos materiais até as dependências do Almoxarifado é de inteira responsabilidade da Contratada e/ou da transportadora.

5.3. Prazo/Cronograma de Entrega

5.4. Os materiais e serviços deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.5. Local de utilização/Destinação do Material

5.6. Os materiais serão para atender as necessidades da AGEVISA de Rondônia.

5.7. Condições/Recebimento.

5.8. Após cada nota fiscal apresentada pela CONTRATADA na GTAF/AGEVISA/RO, deverão ser emitidos os Termos de Recebimento (Provisório e Definitivo) por servidor ou Comissão de Recebimento nomeada pela AGEVISA/RO;

5.9. Os Materiais serão recebidos na forma do art. 140 inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei nº. 14.133/2021, sendo:

5.10. **a) Provisoriamente, em até 05 (cinco) dias** de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais

5.11. **a) Definitivamente: em até 10 (dez) dias úteis**, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.12. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato

5.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.14. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

5.15. Se, após o recebimento provisório, por meio de verificação minuciosa ou testes realizados, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado ou com a Proposta, com defeito ou incompleto, após a notificação da Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento desse(s) material(ais), até sanada a situação.

5.16. Na ocorrência de qualquer uma das hipóteses a que se referem os subitens anteriores previstos neste item, fica a Contratada obrigada a sanear a situação **no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis**, a contar de sua notificação, **via fax ou correio eletrônico**, sem quaisquer ônus à Contratante.

5.17. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Função Programática: 17.034.10.305.2023.2263

Natureza da Despesa: 33.90.30

Fonte: 1.600.0.00001

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1 - O valor estimado para a pretensa contratação será determinado pela pesquisa de preços que será efetuada no mercado pela Coordenadoria de Pesquisas e Análise de Preços/CPEAP da Superintendência Estadual de Compras e Licitações/SUPEL.

7.2 - O Artigo 60º do **Decreto Estadual nº 28.874/2024, de 25/01/2024**, que Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre estimativa de valor para a contratação de bens e serviços em geral, bem como para a aferição da vantajosidade econômica das adesões a atas de registro de preços e das prorrogações contratuais no âmbito do Poder Executivo Estaduais, compreendendo os órgãos da Administração Direta, os fundos, as fundações e as autarquias, observadas a pluralidade e a diversidade de fontes de pesquisa.

Art. 60º A estimativa de valor da contratação deverá ser realizada pelo órgão ou entidade responsável pela centralização das contratações na Administração Estadual, nos casos em que se pretenda a contratação de bens e serviços que atendam necessidades comuns nos termos do art. 31, ou, nos demais casos, pelos respectivos órgãos ou entidades responsáveis pela contratação, admitindo-se auxílio dos demais órgãos e entidades.

7.3 - Assim, como meio de se chegar ao valor estimado de mercado, utilizamos os valores das cotações de preços realizados pela SUPEL- RO, conforme documento ([0059537574](#)).

7.4 - Deste modo, segue a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços:

Objeto: Aquisição de produtos químicos (venenos/pesticidas) para atendimento às atividades da AGEVISA/RO
Valor Global da Contratação: R\$ 228.527,10

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|-----------|------------|------------------|----------------|
| 01 | O larvicida Natular 20 EC é um produto com tecnologia única e molécula inovadora, sendo uma nova e importante arma no combate ao Aedes Aegypti Aedes albopictus, Culex sp., e Anopheles sp. O princípio ativo ESPINOSADE é de origem natural, proveniente da bactéria de solo Saccharopolyspora spinosa. Frasco de 1 litro. | LITRO FR. | 30 | R\$ R\$ 7.617,57 | R\$ 228.527,10 |

7.5 - A composição acima reflete os principais insumos e serviços necessários para o fornecimento seguro, eficaz e ambientalmente responsável de produtos químicos para controle de vetores pela AGEVISA/RO. Os quantitativos foram dimensionados considerando a demanda estimada e a necessidade de manter estoques de segurança, enquanto os serviços (logística, treinamento, assistência técnica e logística reversa) são essenciais para garantir conformidade legal, segurança no uso e destinação adequada de resíduos. O valor global de **R\$ 228.527,10** representará a contratação integral do objeto e permite a cobertura de custos diretos, indiretos e eventuais imprevistos, observando-se os princípios da economicidade e da eficiência.

8. DA APLICAÇÃO DO ART. 4º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/2016 - PREVISÃO DE COTA PARA ME/EPP.

8.1. Neste certame **SERÃO** concedidos os benefícios de até 25% (vinte e cinco por cento) por item , para pequenas empresas, conforme Artigo 4º, parágrafos e Lei Complementar nº 123/2006, quanto a previsão legal de cota para empresas ME/EPP, constantes deste Termo de Referência.

8.2. Para os itens com valores até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), adota-se a exclusiva participação de **Empresas de Pequeno Porte - EPP, Microempresas - ME e equiparadas**, tendo em vista o **Art. 48, I, da Lei Complementar nº123/2006**.

8.3. **Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.**

9. DO PAGAMENTO:

(Base legal: art. 18º, III, E ART. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021 - Decreto estadual n. 28.874/24)

9.1. O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis." Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou a documentação não esteja regularizada, a contagem dar-se á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação:

- a) Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal com Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Comprovação de regularidade com a Fazenda Estadual com Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede da Contratante, relativa a tributos estaduais;
- c) Comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal com Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da Contratante;
- d) Comprovação de regularidade com a Justiça do Trabalho com Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- e) De regularidade com o FGTS, com Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

9.2. A contratada fará constar no documento fiscal, além das especificações e quantitativos do objeto, o número da NOTA DE EMPENHO, o NÚMERO DO PROCESSO, e as informações relativas aos seus dados bancários para pagamento do faturamento.

9.3. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas as partes não controvertidas no prazo fixado para pagamento;

9.4. Fica ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas, devidamente justificada, caso em que a Contratante contará com o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, para efetuar a análise, ficando o respectivo pagamento a ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias.

- 9.5. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) Contratada(s), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos art. 162 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.
- 9.6. Qualquer atraso ocorrido, por parte da Contratada, na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.
- 9.7. Os eventuais encargos financeiros decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 9.8. A administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.
- 9.9. A administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada quando legalmente exigidos.
- 9.10. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

ONDE: EM = ENCARGOS MORATÓRIOS;
N = NÚMERO DE DIAS ENTRE A DATA PREVISTA PARA O PAGAMENTO E A DO EFETIVO PAGAMENTO;
VP = VALOR DA PARCELA EM ATRASO;
I = ÍNDICE DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA = 0,00016438, ASSIM, APURADO:
 $I = I/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$
ONDE I = TAXA PERCENTUAL ANUAL NO VALOR DE 6%

10. GARANTIA

- 10.1. Quanto à garantia dos materiais ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
- 10.2. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses após a entrega dos materiais;
- 10.3. O início da contagem do período de garantia dar-se-á após do recebimento definitivo do objeto.
- 10.4. Quanto à validade dos materiais estes deverão ter uma validade de pelo menos 12 (doze) meses na data da entrega.
- 10.5. A garantia dos materiais consistirá na reposição, quando da ocorrência de mau funcionamento do(s) produto(s), danos provocados pela forma de armazenamento, transporte ou composição/modelo (as especificações técnicas) divergente(s) do solicitado.
- 10.6. Quanto a garantia consistirá na complementação de serviços feitos incompletos/paliativos e outros ajustes conforme o código de defesa do Consumidor.
- 10.7. Comprovada a impossibilidade ou impropriedade da utilização do material, este deverá ser substituído em 07 (sete) dias úteis, sem qualquer ônus para Contratante.
- 10.8. "... sem prejuízo das garantias e direitos legais inscritos nos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes".
- 10.9. A cédula de identidade Civil deverá atender as exigências contidas na Lei nº. 7.116 de 29.08.1983, regulamentado pelo Decreto nº. 89.250 de 27.12.1983.
- 10.10. Da Amostra:
- 10.11. Não exigência, considerando:
- 10.12. a baixa complexidade do objeto;
- 10.13. que as especificações usuais do mercado, para este objeto, são suficientes para a aquisição que se pretende, não necessitando de amostra na fase de aceitação das propostas, na sessão on line do pregão.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento da solução é a regra (conforme disposto no inciso VIII, § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021), devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

12. DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Na fase de habilitação das propostas, serão observadas as seguintes disposições:
- 12.2. poderá ser exigida das empresas participantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 12.3. será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da empresa vencedora.
- 12.4. **REGULARIDADE FISCAL:**
- 12.4.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 12.4.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- 12.4.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- 12.4.4. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 12.4.5. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

12.4.6. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

12.4.7. Certidão de Regularidade de Débito - CND, relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Seguridade Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

12.5. **REGULARIDADE TRABALHISTA:**

12.5.1. Certidão de Regularidade de Débito –CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

12.6. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.6.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: apresentação de documento válido, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o

12.7. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

12.7.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

12.7.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de X% (xxx por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

12.7.3. no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

12.7.4. caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

12.7.5. Considerando o valor da aquisição, às empresas deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características.

12.7.6. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

12.7.7. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

12.8 - **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA:**

Em conformidade com o disposto no inciso IX do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no inciso IV do art. 45 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, as exigências de qualificação técnica e financeira para a presente contratação são justificadas de forma circunstanciada, com vistas a assegurar que apenas empresas devidamente capacitadas e economicamente estáveis participem do certame, garantindo a execução adequada e segura do objeto.

Justificativa Circunstanciada:

Considerando que a contratação envolve produtos químicos (venenos/pesticidas) de uso controlado e potencialmente perigoso, torna-se imprescindível que as empresas participantes comprovem:

Capacidade técnica, mediante apresentação de atestados de fornecimento anterior de produtos similares, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem experiência compatível com o objeto;

Responsável técnico habilitado, com registro ativo no respectivo conselho profissional;

Conformidade com normas sanitárias e ambientais, mediante apresentação de licenças, autorizações ou certificados exigidos pela **ANVISA, IBAMA e MAPA**;

Capacidade financeira adequada para suportar o fornecimento, comprovada por meio de balanço patrimonial e demonstrações contábeis que evidenciem boa saúde econômico-financeira.

Condições Requisitadas:

As exigências acima têm como finalidade assegurar a qualidade, a segurança e a regularidade do fornecimento, prevenindo riscos à Administração e à saúde pública, dada a natureza sensível dos produtos a serem adquiridos.

As condições solicitadas são proporcionais e adequadas ao objeto, não restringindo a competitividade, mas garantindo que as empresas contratadas possuam efetiva capacidade técnica, operacional e financeira para o cumprimento integral do contrato.

12.9 - **OUTRAS DECLARAÇÕES:**

(conforme art. 63 da lei 14.133/2021). Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.9 - Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1)Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.

2) Apresentar a Declaração de ME/EPP.

3) Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.

4) Apresentar a Declaração de Menor.

5) Apresentar a Declaração Independente de Proposta.

6)Apresentar a Declaração de Acessibilidade.

7)Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.

8)Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

13. DOS DEVERES

13.1. Da Contratada

13.1.1. As obrigações da Contratada são as resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021, demais normas pertinentes, bem como, às previstas no Termo de Referência.

13.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios;

13.1.3. Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

13.1.4. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto; 21.1.5. Fazer acompanhar, quando da entrega dos serviços, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes;

13.1.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação para tal;

13.1.6. Comunicar a Contratante, verbalmente no prazo de 03 (três) dias e por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, ainda que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

13.1.7. Ficará a cargo da empresa o custo relacionado ao transporte, taxas e impostos dos materiais;

13.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como pelos custos de frete e de tributos, resultantes da execução do contrato;

13.1.9. Responsabilizar pelos danos causados à Administração e a terceiros decorrentes da execução do contrato;

13.1.10. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes da SAMS e Termo de Referência em consonância com a proposta apresentada, no local indicado no Termo de Referência, até 30 (trinta) dias corridos contados após o recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente.

13.1.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.1.12. Manifestar o recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio dos mesmos.

13.2. Da Contratante

13.2.1. Promover, por meio do Setor Competente, o recebimento dos materiais entregues sob os aspectos de conformidade com as especificações, quantidade e qualidade, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

13.2.2. Receber provisória e definitivamente os materiais nas formas definidas.

13.2.3. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços.

13.2.4. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos neste instrumento, bem como prorrogar prazos e aplicar sanções, se for o caso.

13.2.5. Fornecer à Contratada as informações e demais elementos pertinentes à execução do presente termo.

13.2.6. Promover a fiscalização do contrato.

13.2.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

14. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS/ GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Formalizado o Contrato Administrativo, ficará estabelecido em cláusulas as condições e responsabilidades entre as partes, para fornecimento do serviço, em conformidade com este instrumento e com a proposta da empresa, sob o crivo da Procuradoria Geral do Estado – PGE-RO.

14.2. O instrumento contratual será(rão) elaborado e formalizado(s) pela Procuradoria Geral do Estado - PGE/RO, conforme modelo da mesma

14.3. Para a fiel execução do serviço, obedecerá ao disposto na Lei n 14.133/2021, e demais dispositivos legais e dispostos nas Instruções Normativas em Vigência Geral.

14.4. A garantia do fornecedor será de forma integral, contra qualquer defeito que venham a apresentar.

14.5. A garantia deverá incluir a substituição de material defeituoso no prazo máximo de 48 horas, sem quaisquer ônus a Administração Pública.

14.6. O Prazo do Contrato será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação conforme disposições contidas na Lei n. 14.133/2021

14.7. Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

15. DO REAJUSTAMENTO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

15.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do IPCA, medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

15.2. $R = V \times I - I_0$, onde:

15.3. R = Valor do reajuste procurado;

15.4. V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

15.5. I = Índice relativo à data do reajuste;

15.6. I_0 = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação.

15.7. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada, que deverá apresentar planilha de composição de custos unitários com a descrição dos componentes e do valor detalhado, tendo em vista que o reajustamento pressupõe a demonstração analítica de aumento dos custos contratuais para justificar o aumento nos preços.

15.8. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

- 15.9. A Contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.
- 15.10. O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até a 25% do valor inicial atualizado do contratado, conforme estabelece o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.11. O(s) valor(res) contratado(s) será(rão) fixo(s) e irrevogável(eis) pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 2º e seu § 1º, da Lei Federal nº 10.192/01 - princípio da anualidade que as propostas devem observar, bem como, disposições contidas no Decreto Estadual 25.829/2021, de 11/02/2021.
- 15.12. Durante o prazo de vigência do Contrato, seu respectivo valor será irrevogável. A periodicidade para eventual reajuste de preços será anual, contando-se a partir da data limite para apresentação da proposta comercial, utilizando-se o índice o IPCA.
- 15.13. Entre as disposições relevantes do reajuste do contrato, previstas pelo Decreto nº 25.829, de 11 de fevereiro de 2021, conforme preconiza:

Art. 4º O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais. § 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano. § 2º A periodicidade anual nos contratos de que trata o § 1º será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir. § 3º Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados seja preponderantemente formado pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo. Art. 5º Para fins de adoção de índices pré-fixados de reajuste, os gestores observarão o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste. § 1º Na falta de índice de reajuste específico para o objeto, poderá ser utilizado os índices oficiais que estabelecem a inflação. § 2º Para itens de contrato que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

16.1 - Fica expressamente **vedada** a subcontratação de qualquer parte do objeto deste contrato, não sendo necessária ou permitida a utilização de terceiros para a execução dos serviços ou fornecimento de bens, salvo em casos excepcionais, desde que devidamente justificados e autorizados pela Administração Pública, conforme as disposições legais aplicáveis. (§2º do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021).

17. SANÇÕES

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o total adjudicada.

A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados Distrito Federal e Municípios, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública e Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda, a administração proceder à cobrança judicial da multa.

As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei nº. 14.133/2021:

Art. 155.O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Segundo o art. 156, da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. 17.10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídas graus, com percentuais de multas conforme a tabela formulada pela PGE/RO a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídas graus, com percentuais de multas conforme a tabela formulada pela PGE/RO a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

| ITEM | DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO | GRAU | MULTA* |
|------|---|------|--------------|
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 06 | 4 % por dia |
| 2 | Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso, por ocorrência; | 06 | 4 % por dia |
| 3 | Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 05 | 3,2% por dia |
| 4 | Destruir ou danificar documentos por dolo de seus agentes, por ocorrência; | 05 | 3,2% por dia |
| 5 | Recusar-se a executar o serviço determinado pela fiscalização sem motivo justificado, por ocorrência; | 04 | 1,6% por dia |
| 6 | Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência; | 02 | 0,4 por dia |
| 7 | Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de materiais, por ocorrência; | 02 | 0,4 por dia |
| 8 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 | 0,8% por dia |
| 9 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, por empregado e por dia. | 03 | 0,8% por dia |

*Incidente sobre o valor inadimplido do contrato

Para os itens a seguir, a multa será atribuída quando a CONTRATADA deixar de

| ITEM | DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO | GRAU | MULTA* |
|------|--|------|---------------|
| 1 | Cumprir prazo previamente estabelecido para execução de serviços, por dia; | 02 | 0,4 % por dia |
| 2 | Efetuar o pagamento de seguros, encargos, fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência; | 05 | 3,2 % por dia |
| 3 | Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por ocorrência; | 03 | 0,8% por dia |
| 4 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência; | 03 | 0,8% por dia |
| 5 | Iniciar os serviços nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato, por serviço e por ocorrência; | 02 | 0,4% por dia |
| 6 | Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em número mínimo, treinamento, suporte e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato, por ocorrência; | 02 | 0,4 por dia |
| 7 | Disponibilizar equipe de profissionais completa conforme determinado para execução do serviço, por dia; | 02 | 0,4 por dia |
| 8 | Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados etc.; | 02 | 0,4% por dia |
| 9 | Realizar os serviços solicitados e de entregar os respectivos produtos, por tipo e por ocorrência; | 02 | 0,4% por dia |

| | | | |
|----|--|----|--------------|
| 10 | Manter a documentação de habilitação atualizada, por item e por ocorrência; | 01 | 0,2% por dia |
| 11 | Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, por ocorrência; | 02 | 0,2% por dia |
| 12 | Fornecer suporte técnico à contratante, por ocorrência e por dia; | 01 | 0,2% por dia |
| 13 | Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do órgão, por funcionário e por dia. | 01 | 0,2% por dia |

*Incidente sobre o valor inadimplido do contrato

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade;

Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Deve ser observada a Lei nº 4.007, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para solução de litígios em que o Estado de Rondônia seja parte e dá outras providências." ou eleger Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório.

17.1. DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM

17.2. Quanto a aquisição pleiteada nos autos trata-se de bem comum, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho característicos ao objeto, de modo que para aquisição de Bem ou Serviço Comum, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.

18. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1. A fiscalização da entrega do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por uma comissão de no mínimo 03 (três) pessoas, indicados pelo titular da pasta, dos quais deverão dentre outros averiguar o que segue;

18.2. A AGEVISA-RO, designará o(s) seu(s) representante(s) para acompanhar e fiscalizar o recebimento de BENS e de SERVIÇOS das suas contratações, os quais deverão fazer as anotações pertinentes e de estilo em registros próprios das ocorrências relacionadas à execução da entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados:

a) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(s) responsável(veis) pelo RECEBIMENTO DO(S) BEM(ENS) E/OU DO(S) SERVIÇO(S) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias.

b) O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

Havendo necessidade será(rão) designado(s) servidor(res) ou comissão especial(ais) para o recebimento e/ou fiscalização do objeto.

19. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

19.1. O valor estimado para a presente contratação será oportunamente juntado aos autos pelo Setor de Pesquisa de Preços da SUPEL, realizados através de cotação de preços no mercado ou o existente em seu banco de pesquisa.

19.2. Não obstante, a AGEVISA - RO realizou pesquisa de mercado no comercio local, por meio de cotações de preços conforme o quadro comparativo ([0057496734](#)), totalizando o valor de **R\$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil)**.

20. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

20.1. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação tem por objetivo descrever as análises realizadas em relação às condições da contratação em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, e demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação. 19.2. O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado de acordo com a Lei 14.133/2021.

20.2 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A aquisição do objeto descrito neste Termo de Referência, nos termos da Lei nº. 14133/2019, enquadram-se na classificação de bens comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade segundo especificações usuais no mercado.

A presente contratação destina-se atender com aplicações do larvicida 20 EC nos municípios do interior, com quantidade suficiente para proporcionar cobertura uniforme da área designada, aliando a aplicação espacial com molécula previamente designada para quebra do ciclo reprodutivo do mosquito.

QUADRO ESPECIFICAÇÕES - DESCRIÇÃO DO MATERIAL DE AQUISIÇÃO:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO OBJETO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|------|--|-------------------|------------|
| 01 | O larvicida Natular 20 EC é um produto com tecnologia única e molécula inovadora, sendo uma nova e importante arma no combate ao Aedes Aegypti Aedes albopictus, Culex sp., e Anopheles sp. O princípio ativo ESPINOSADE é de origem natural, proveniente da bactéria de solo Saccharopolyspora spinosa. | LITRO - FRASCO | 30 |

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO:

| Coordenação Estadual | Estado | QTD |
|-----------------------|--------------------|-----|
| Regiões de saúde/RO | Municípios | |
| Madeira Mamoré | Porto Velho | 06 |
| | Candeias do Jamari | 06 |
| | Guajará-Mirim | 06 |
| Vale do Jamari | Alto Paraíso | 06 |
| Central | Vale do Paraíso | 06 |
| TOTAL Municípios : 05 | | |

21. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO (ITEM), para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, desde que atendidas às especificações constantes deste termo, com base no art. 6º, inc. XLI, da Lei nº 14.133/2021: XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

22. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

22.1. Os materiais a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os Critérios de Sustentabilidade Ambiental;

22.2. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

22.3. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

22.4. CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação

22.5. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

22.5.1 - Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

22.5.2 - A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

22.5.3 - Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

22.5.4 - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

22.6 - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS.

22.6.1 - A AGEVISA-RO está em fase de conclusão do Plano de Contratação Anual.

22.7 - DO ART. 45 DO DECRETO ESTADUAL 28.874/2024

22.7.1 - Deverá constar em Edital as exigências de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio, justificativa para a admissibilidade ou inadmissibilidade de participação de sociedades cooperativas e justificativa para eventual afastamento da observância do regime especial da Lei Complementar nº 123, de 2006

22.8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

22.8.1 - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da abertura da proposta, suspendendo-se este prazo no período entre a habilitação e a homologação do certame ou na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judiciale.

22.9 - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

22.9.1 - Fica reservado a cota destinada Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Estadual nº 21.675/2017.

22.10 - DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS COOPERATIVAS

É permitida a participação de cooperativas nas licitações públicas, desde que cumpram os requisitos de habilitação e o objeto social da licitação seja compatível com o seu objeto social. As cooperativas podem participar de licitações públicas, pois que é relevante visto que pode promover a inclusão social, a autonomia econômica e a geração de empregos.

23. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

23.1 Fica expressamente admitida a participação, no presente processo de contratação, de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem comprovação de que possuem plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo Juízo competente, em plena vigência e com condições de cumprimento que assegurem a

execução integral do objeto contratado.

23.2 - A empresa interessada deverá apresentar, junto à documentação de habilitação:

- Cópia autenticada da decisão judicial que homologou o plano de recuperação;
- Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido aos demais licitantes;
- Declaração expressa de que está apta a cumprir todas as obrigações decorrentes do contrato, inclusive prazos, fornecimento, entrega e assistência técnica dos produtos;
- Comprovação de capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação.

23.3 - A participação de tais empresas não dispensa o cumprimento de todas as demais condições do certame, sendo vedada qualquer vantagem ou tratamento diferenciado.

23.4 - O descumprimento de qualquer das condições do plano de recuperação que comprometa a execução contratual poderá ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

24 - DOS CASOS OMISSOS

24.1 - Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto no Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa contratação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

25 - DAS CONDIÇÕES GERAIS

25.1 - Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal 14.133/21, Instrução Normativa nº 5/2017/MPOG e alterações, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

25.2 - Qualquer tolerância da Administração Pública quanto a eventuais infrações não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

25.3 - Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência.

25.4 - Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

25.5 - As omissões dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei 14.133/21 e suas alterações, e/ou subsidiariamente no disposto acima, caso persista a pendência pelos Técnicos desta unidade.

25.6 - O serviço ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

Vania do Socorro Cavalcante
Gerente GTAF - AGEVISA - RO

Pedro Jorge Gonçalves Magalhães
Gerente-GTVAM/AGEVISA

CEL.BM Gilvander Gregório de Lima
Diretor Geral - AGEVISA - RO



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Jorge Gonçalves Magalhães, Gerente**, em 18/11/2025, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANIA DO SOCORRO CAVALCANTE, Gerente**, em 18/11/2025, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilvander Gregorio de Lima, Diretor(a)**, em 19/11/2025, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066088978** e o código CRC **7D7C4EC3**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0002.004497/2024-09

SEI nº 0066088978

Criado por 05176514249, versão 29 por 02851921754 em 17/11/2025 13:36:46.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA
SAMS

SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS – SAMS
ÓRGÃO REQUISITANTE: AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE/AGEVISA-RO
FONTE DE RECURSOS: 0609
P/A: 2263 ELEMENTO DESPESA: 33.90.30 PROCESSO Nº: 0002.004497/2024-09
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 2263

OBJETO: A presente contratação tem por finalidade adquirir larvicida para atuar no combate a malária. O larvicida Natular 20 EC é um produto com tecnologia única e molécula inovadora, sendo uma nova e importante arma no combate ao Aedes Aegypti Aedes albopictus, Culex sp., e Anopheles sp.

| Item | Descrição do Objeto | Unid. de Medida | Quant. |
|------|---|-----------------|--------|
| 01 | O larvicida Natular 20 EC é um produto com tecnologia única e molécula inovadora, sendo uma nova e importante arma no combate ao Aedes Aegypti Aedes albopictus, Culex sp., e Anopheles sp. O princípio ativo ESPINOSADE é de origem natural, proveniente da bactéria de solo Saccharopolyspora spinosa. Frasco de 1 litro. | Litro FR. | 30 |

| | | | |
|-----|---------------|--------------------------------------|---------------------|
| OBS | Local: | Responsável pela cotação da Empresa: | USC EXCLUS DA AGEVI |
| | Data: | Fone: | |
| | Banco: | Assinatura: | |
| | Agência: C/C: | | |

1. As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, e documentos: CERTIDÕES NEGATIVAS ou POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO junto ao INSS, FGTS, DÍ DA UNIÃO, TRIBUTOS FEDERAIS, TRIBUTOS ESTADUAIS, TRIBUTOS MUNICIPAIS E TRABALHISTA.

2. Os materiais solicitados, relacionados neste Termo de Referência deverão ser entregues no Almo Saúde, situado à Rua Aparício Moraes, 4378 - Bairro Setor Industrial - Porto Velho - RO, CEP: 76.821-240 – Tel Fax – RO, no horário de Segunda à Sexta Feira – das 07hs30 às 13hs30.

3. prazo para entrega dos materiais/equipamentos pela empresa vencedora será de 30 (trinta) dia no Almoxarifado da AGEVISA-RO, município de Porto Velho – RO, Os eventuais atrasos deverão ser comunica empresa ser penalizada. Observando sempre a base legal que estabelece o Art. 8º, Art. 6º, IX Lei 8.666/93; Art Decreto 12.205/06;

Art. 9º § 2º, Decreto Estadual 12.234/06; Art. 8º, I;

Porto Velho, 22 de janeiro de 2025.

Vania do Socorro Cavalcante
Gerente GTAF - AGEVISA - RO



Documento assinado eletronicamente por VANIA DO SOCORRO CAVALCANTE, Gerente, em 15/04/2025, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador 0059298397 e o código CRC 37E25E60.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | QUANT.(A) | QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP (B) | QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B] | EMP 1 | EMP 2 | EMP 3 | EMP 4 | EMP 5 | PREÇO MÍNIMO (D) | PREÇO MÉDIO (E) | PREÇO MEDIANO (F) | DESVIO PADRÃO | COEFICIENTE DE VARIAÇÃO | PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO) | SUBTOTAL EXCLUSIVO ME/EPP (F) - [B X D] | SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E] | SUBTOTAL GERAL [F + G] |
|---|--|------|-----------|-----------------------------------|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------|-----------------|-------------------|---------------|-------------------------|------------------------------------|---|---|------------------------|
| 1 | O larvicida Natular 20 EC é um produto com tecnologia única e molécula inovadora, sendo uma nova e importante arma no combate ao Aedes Aegypti Aedes albopictus, Culex sp., e Anopheles sp. O princípio ativo ESPINOSADE é de origem natural, proveniente da bactéria de solo Saccharopolyspora spinosa. | und | 30 | 7 | 23 | R\$ 8.116,30 | R\$ 8.784,89 | R\$ 8.060,00 | R\$ 7.782,00 | R\$ 7.782,00 | 7.782,00 | R\$ 8.105,04 | 8.060,00 | 410,20 | 5,06% | MÉDIO | R\$ 56.735,28 | R\$ 186.415,92 | R\$ 243.151,20 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP | R\$ 56.735,28 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | VALOR TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA | R\$ 186.415,92 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | VALOR TOTAL | R\$ 243.151,20 |
| <div>LEGENDA: NC = Não encontrado</div> <div>NOTA EXPLICATIVA: IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES</div> <div>EMP1 BANCO DE PREÇOS EMP2 BANCO DE PREÇOS EMP3 BANCO DE PREÇOS EMP4 BANCO DE PREÇOS EMP5 BANCO DE PREÇOS</div> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA
 Gerência Técnica Administrativa Financeira - AGEVISA-GTAF

MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO n. XXX/2025/PGE-AGEVISA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA, POR INTERMÉDIO DA
 AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DE RONDÔNIA, DE UM LADO, E, DE
 OUTRO, A EMPRESA, , PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A **AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA - AGEVISA**, inscrita no CNPJ/MF nº 07.864.604/0001-25, situada no Palácio Rio Madeira - Complexo Rio Jamari Curvo, 2º andar, Av. Farquar nº 2896, Bairro Pedrinhas, Porto Velho - RO, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA**, portador do RG nº ***484-SSP/RO, inscrito no CPF nº ***.161.222-**, residente e domiciliado em Porto Velho - RO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 333, de 27 de dezembro de 2005, Decreto Regulamentador nº 16.219, de 26 de setembro de 2011, e Decretos de Nomeação de 9/7/2021 e 31/12/2022 e a empresa , inscrita no CNPJ/MF nº , estabelecida na , CEP: , doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sr. , brasileiro, portadora da RG ****SSP/RO e CPF nº ***.-**, residente e domiciliada nesta Capital, celebram o presente Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E OBJETIVO:

1.1. Do Objeto:

1.1.1. Constitui objeto do presente Termo a contratação de empresa especializada no fornecimento de , objetivando atender a Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia/AGEVISA-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.1.2. A contratação está amparada pela **Lei n. 14.133/2021..**

1.2. Do Objetivo:

1.2.1. aquisição de inseticida, destinados a realizar aplicações acompanhadas a campo nas cidades de (1) Porto Velho, (2) Candeias do Jamari, (3) Alto Paraíso, (4) Guajará Mirim e (5) Cujubim, com o larvicida Natular 20 EC aplicando produto através de equipamento costal de compressão prévia e pulverizador motorizado, com quantidade suficiente para proporcionar cobertura uniforme da área designada, aliando a aplicação espacial com molécula previamente designada para quebra do ciclo reprodutivo do mosquito.

1.3. Vinculação: Integram este Contrato além do Termo de Referência (id.,) e demais elementos que sirvam a exata definição do objeto descrito na cláusula primeira.

1.4. As especificações e quantidades do objeto desse contrato, estão previstas no item . do Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:

2.1. Contratação de Empresa Especializada para o fornecimento de inceticida, para atender o calendário de eventos programados nesta Agência:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|--------------|------------|
| 01 | larvicida Natular 20 EC é um produto com tecnologia única e molécula inovadora, sendo uma nova e importante arma no combate ao Aedes Aegypti Aedes albopictus, Culex sp., e Anopheles sp. O princípio ativo ESPINOSADE é de origem natural, proveniente da bactéria de solo Saccharopolyspora spinosa. Frasco de 1 litro. | Litro FR. | 30 |

2.2. - Das Garantias do Serviços/Material:

2.2.1 A contratação resultante deste objeto, no que couber reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11/09/90.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO:

3.1. Do Interesse Público da Despesa:

3.1.1. A presente despesa tem por objetivo a aquisição de inseticidas destinados a atender às necessidades da Agência Estadual de Vigilância em Saúde – AGEVISA/RO, no desenvolvimento de ações de controle vetorial e prevenção de doenças de relevância epidemiológica no Estado de Rondônia, tais como dengue, zika, chikungunya, malária e outras enfermidades transmitidas por vetores.

3.1.2 -A contratação reveste-se de relevante interesse público, uma vez que visa garantir a continuidade e a eficiência das atividades de vigilância em saúde, contribuindo diretamente para a proteção da saúde da população e a redução dos riscos de surtos e epidemias. O fornecimento adequado de inseticidas é essencial para a execução das campanhas de controle, especialmente em períodos de maior incidência de doenças zoonóticas, assegurando o cumprimento das políticas públicas de saúde e das diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

3.1.3 - Dessa forma, a despesa mostra-se necessária e justificada, considerando o dever da Administração Pública de promover a saúde coletiva e adotar medidas preventivas e corretivas voltadas à preservação da vida e ao bem-estar da comunidade.

4. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

4.1. Do Local e Forma de Entrega:

4.1.1. O objeto desta contratação deverá ser entregue nas dependências da CONTRATADA, no Município de **Porto Velho - RO**, de acordo com as cláusulas e condições avençadas, as normas ditadas pela Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Do Prazo de Entrega:

4.2.1. Os materiais e serviços deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

4.2.2. Não se admitirá prorrogação se:

a) O atraso ocorrer por culpa da CONTRATADA.

b) Houver interesse público devidamente justificado nos autos que demonstre ser a escolha mais vantajosa para a Administração.

4.2.6. Ocorrendo recusa ou atraso na execução total ou parcial na entrega do material, o responsável pela fiscalização do contrato se obriga por força do Art. 4º da Lei Estadual nº. 2.414/11, a produzir parecer técnico e o encaminhará ao ordenador de despesas para instauração de procedimento administrativo, instrução dos autos para fins de penalização da contratada e inserção no "Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual".

4.2.7. Qualquer solicitação feita a Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA - CNPJ: 07.864.604/0001-25, referente ao processo, deverá ser encaminhada ao Diretor-Geral, sito no Palácio Rio Madeira, Complexo Rio Jamari, Curvo 3, 2º Andar, na Av. Farquar, nº 2986, Pedrinhas - Porto Velho - RO, CEP.: 76.801-470 – Porto Velho/RO, no horário das 7h e 30min às 13h e 30min de 2ª a 6ª-feira.

3.4. Das Condições de Recebimento:

3.4.1. Provisório e Definitivo.

3.4.2. O **recebimento provisório** ficará sob a responsabilidade de uma comissão indicada pela Administração, que será composta por servidores desta superintendência e/ou servidores do setor requisitante, a qual receberá **provisoriamente** a entrega do(s) serviços, em até 15 (quinze) úteis, em cumprimento das formalidades legais, assinando a nota fiscal/fatura tudo em conformidade com o artigo 140 inciso II, alíneas "a", da Lei nº. 14.133/2021.

3.4.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá após a emissão do Relatório dos Serviços Executados elaborados pelo setor requisitante/interessado pelos serviços, em até 7 dias úteis, em conformidade com o artigo 140 inciso II, alíneas "b", da Lei nº. 14.133/2021.

3.4.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4.5. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

3.4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste instrumento, correrá por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA.

| PROGRAMA DE TRABALHO | ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSO |
|----------------------|---------------------|------------------|
| 2263 | 33.90.30 | 1.600.0.00001 |

6. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

6.1. - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da CONTRATADA.

6.3. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e aos Débitos Trabalhistas.

6.4. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} \text{EM} &= \text{N} \times \text{VP} \times \text{I}, \text{ sendo: EM} = \text{Encargos moratórios;} \\ \text{N} &= \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;} \\ \text{VP} &= \text{Valor da Parcela a ser paga} \\ \text{I} &= \text{Índice de compensação financeira, assim apurado: } \text{I} = (\text{TX}/100)/365 \\ &\text{I} = \dots\dots\dots \\ \text{TX} &= \text{Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA} \end{aligned}$$

6.5. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.6. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

6.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO:

7.1. O valor total da contratação é de **R\$ 228.527,10** (,), que corresponde às Notas de Empenho (id.), a servir de lastro, para efetuar o pagamento dos serviços executado mencionados na Cláusula Segunda, tudo depois de comprovados, recebidos e aprovados pela CONTRATANTE. Sob nenhuma hipótese o valor mencionado será reajustado.

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES CONTRATUAIS:

8.1. Da Subcontratação, Cessão e Transferência do Contrato:

8.1.1. É vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da Contratada.

8.2. Garantia Contratual:

8.2.1. No momento da convocação com vistas à celebração do contrato, para fiel execução dos compromissos aqui ajustados a CONTRATADA prestará prévia garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, como previsto no art. da Lei nº /2021;

8.3.2. A garantia acima citada deverá ser apresentada ao setor de contratos desta AGEVISA, no momento da convocação da empresa vencedora com vistas a celebração do contrato

8.3.3. A caução prestada pela CONTRATADA será restituída após o término do contrato com a devida atualização do valor, desde que seja realizada mediante depósito em espécie, em conformidade com o art. 98, da Lei 14.121/2021.

8.4. Do Reajuste do Contrato (Decreto Estadual n. 28.874/2024):

8.4.1. Durante a vigência contratual os prazos são **irreajustáveis**.

8.5. Da Inexecução e da Rescisão Contratual:

8.5.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

8.5.2. Constituem motivo para rescisão de contrato:

8.5.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

8.5.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

8.5.2.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.

8.5.2.4. O atraso injustificado no início dos serviço ou fornecimentos.

8.5.2.5. A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

8.6. Da Fiscalização:

8.6.1. A CONTRATANTE nomeará uma Comissão de no mínimo 3 (três) servidores que fiscalizará a execução do serviço contratado e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

8.6.2. A fiscalização pela CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.

8.6.3. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato.

8.6.4. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

8.6.5. A CONTRATADA se obriga a permitir que auditoria interna da Administração e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito ao objeto deste instrumento.

9. CLÁUSULA NONA - PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:

9.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (dode) meses, contados a partir da última assinatura no contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Pública, desde que haja interesse de ambas as partes, em consonância com o art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o recebimento do objeto verificando se os mesmos estão em conformidade com o Termo de Referência e o solicitado incluindo relatório de acompanhamento do Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº .

10.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de um servidor especialmente designado, como representante da Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, exigindo seu fiel e total cumprimento.

10.3. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

10.4. Inspeccionar os materiais utilizados pela CONTRATADA para execução dos serviços.

10.5. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais onde irão executar suas atividades. Prestar as informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

10.6. Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.7. Notificar previamente a CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas.

10.8. Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1. Fornecer os produtos nas condições estabelecidas no Termo de Referência (id.), bem como atender todos os pedidos de contratação, durante o período de 12 (doze) meses, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pela AGEVISA.

10.2. Deverá cumprir rigorosamente as especificações técnicas e os prazos constantes no Termo de Referência (id. [0064854497](#)).

11.7. Deverá de imediato reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções, após a comunicação da CONTRATANTE.

11.8. Deverá responsabilizar-se por encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, tais como impostos, taxas e multas, resultante da execução dos serviços.

11.11. Assumir a total responsabilidade por quaisquer acidentes que venham a ocorrer como vítimas seus empregados e terceiros decorrentes do objeto desta contratação, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências que o respeito exige a legislação em vigor.

11.12. Responder, integralmente, por todos os ônus, encargos e perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.

11.13. Pagar eventuais multas ou indenizações impostas a empresa com os preços registrados, em decorrência da execução dos serviços relativos ao objeto, que serão diretamente descontadas das faturas pertinentes ao pagamento que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

11.14. Deverá indicar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, para recebimento de demandas e para entregas e outras comunicações oficiais com a AGEVISA, preposto, endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone móvel e fixo para contato, no horário comercial (de segunda a sexta-feira de 08h às 18h e sábado de 08h às 13h), e atendimento excepcional fora do horário comercial, sem custo complementar para o CONTRATANTE, bem como, o mesmo ter os devidos poderes para dirimir dúvida sobre a execução do objeto do contrato. O preposto deverá apresentar procuração com poderes especiais como condição de assinatura de contrato.

11.15. Permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

11.16. Indenizar terceiros e/ou a AGEVISA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

11.17. Emitir a Nota Fiscal com o CNPJ e especificações dos serviços realizados de modo idêntico àquele apresentado no Termo de Referência e nas Notas de Empenho.

11.18. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, incluindo as despesas com frete, sem qualquer ônus a CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.

11.19. Acompanhar, permanentemente, os meios de comunicação informados e responder as comunicações encaminhadas, sob as penas da revelia.

11.20. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela (CONTRATADA) assumidas, todas as condições de habitação e qualificação exigidas na licitação.

11.28. Entende-se por “motivo de força maior ou caso fortuito”: ocorrência de fato inevitável, imprevisto e alheio à vontade do fornecedor.

11.30. Encarregar-se de repor, reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, de imediato no todo ou em partes, o objeto contratado que apresentar por qualquer motivo, defeitos, insuficiência e ou incorreções.

11.31. A obrigação de aceitar supressões até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela CONTRATANTE, conforme previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

11.32. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as demais legislações pertinentes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

12.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita a:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar a CONTRATADA multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

12.3. Se a adjudicatária se recusar a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar a CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.4. A licitante, adjudicatária ou CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

12.5. A multa, eventualmente imposta a CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder a cobrança judicial da multa.

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a CONTRATANTE.

12.7. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

12.8. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da CONTRATADA, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

12.9. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 28.874 de 2024:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentação de documentação falsa;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

12.10. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

12.11. Para efeito de aplicação de multas, as infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

| ITEM | DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO | GRAU | MULTA* |
|---|--|------|--------------|
| 1. | Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência. | 06 | 4,0% por dia |
| 2. | Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento. | 05 | 3,2% por dia |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | | |
| 3. | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência. | 03 | 0,8% por dia |
| 4. | Efetuar a entrega dos produtos nos prazos estabelecidos, observadas as condições estabelecidas por este Contrato, por ocorrência. | 02 | 0,4% por dia |
| 5. | Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em Equipamentos, etc. | 02 | 0,4% por dia |
| 6. | Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência. | 01 | 0,2% por dia |

12.12. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.13. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

12.14. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

12.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

12.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.17. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

12.18. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.19. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, (Nota de Empenho) dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas, além das previstas no Termo de Referência.

12.20. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO:

13.1. Após as assinaturas deste Contrato a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo de outras publicações que a CONTRATANTE tenha como necessárias.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

15.1. A CONTRATADA se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta da CONTRATADA, diante de necessidade comprovada da Administração.

15.2. Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas se enviadas por meio eletrônico.

15.3. A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento dos serviços que fazem parte deste contrato bem como os locais de sua execução.

15.4. A CONTRATADA deverá acatar o que está previsto na Convenção Coletiva de Trabalho do SINTELVS/RO (vigente na data da licitação).

15.5. No Preenchimento da Planilha de Custos deverá ser observada a tabela de Salários de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho do SINTELVS/RO (vigente).

15.6. Qualquer tolerância da CONTRATANTE quanto a eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

15.7. O Termo de Referência, encontra-se em harmonia com o Decreto nº 21.264, de 20 de setembro de 2016, que dispõe sobre a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável no âmbito do Estado de Rondônia.

15.8. Na entrega dos produtos, a empresa CONTRATADA deverá adotar as práticas de sustentabilidade, conforme disposições constantes no art. 6º e 7º do Decreto Estadual nº 21.264/2016.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Declaram as partes que este Contrato corresponde a manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria-Geral do Estado de Porto Velho - Rondônia. Porto Velho-RO, de 2025. **CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA**

Representante da Contratante

XXXXXXXXXXXXXX

Representante da Contratada

Procurador do Estado - PGE-AGEVISA



Documento assinado eletronicamente por **VANIA DO SOCORRO CAVALCANTE, Gerente**, em 26/11/2025, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066096045** e o código CRC **C68D5977**.

Referência: Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0002.004497/2024-09

SEI nº 0066096045

Criado por [05176514249](#), versão 31 por [05176514249](#) em 26/11/2025 17:56:03.

0043.001006/2025-64

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5

DECLARAÇÃO

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR PARA ME/EPP/MEI

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____ sediada na Rua _____
_____, nº _____, bairro, _____, CEP _____
_____ município _____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para
fins de participação em licitação ou contratação direta com a Secretaria de Estado de Fazenda de Mato
Grosso, sob as penas da lei que:

I - Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei
Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está
apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

II - Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com
a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento
como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

(LOCAL E DATA).

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

Referência: Caso responda este(a) Declaração, indicar expressamente o Processo nº 0043.001006/2025-64

SEI nº 68784046

Criado por 63444194234, versão 2 por 63444194234 em 02/02/2026 13:54:29.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA

Gerência Técnica Administrativa Financeira - AGEVISA-GTAF

MAPA DE RISCO

FASE DE ANÁLISE

Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

RISCO 01 – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

| | | | |
|----------------|------------|-----------|----------|
| Probabilidade: | (X) BAIXA | () MÉDIA | () ALTA |
| Impacto: | (X) BAIXA | () MÉDIA | |

DANO

Atraso no procedimento licitatório

| Item | Ação Preventiva | Responsável |
|------|--|------------------------|
| 01 | Análise pormenorizada dos itens exigidos no Edital, de forma a não extrapolar as regulamentações previstas em Lei. | Equipe de Planejamento |
| 02 | Especificar o objeto de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer. | Equipe de Planejamento |
| 03 | Observar atentamente as regulamentações da Lei n. 14.133/21 na condução do processo administrativo | Equipe de Planejamento |
| Item | Ação de Contingência | Responsável |
| 01 | Tomar as providências necessárias ao saneamento do processo no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da licitação. | Equipe de Planejamento |

RISCO 02 – LICITAÇÃO RESULTA SEM VENCEDOR HABILITADO

| | | | |
|----------------|-------------|-----------|----------|
| Probabilidade: | (X) BAIXA | () MÉDIA | () ALTA |
| Impacto: | (X) BAIXA | () MÉDIA | |

DANO

| | | |
|----|---|-----------------------------------|
| | Atraso no procedimento licitatório | |
| | Ação Preventiva | Responsável |
| 01 | Verificar as exigências solicitadas pelo Órgão Central de Licitação e analisar se encontram- se compatíveis com as normas da Lei de Licitações | Equipe de Planejamento |
| 02 | Dar ampla publicidade ao edital | Órgão Central de Licitação |

RISCO 03 – ESTIMATIVA DE PREÇO EM DESCOMPASO COM OS VALORES PRATICADOS NO MERCADO

| | |
|-----------------------|-------------------------------------|
| Probabilidade: | (X) BAIXA () MÉDIA () ALTA |
| Impacto: | () BAIXA (X) MÉDIA () ALTA |

DANO

| | | |
|------------------------|--|-------------------------------|
| | Licitação deserta (descontinuidade do serviço) ou contratação por preço elevado | |
| | Ação Preventiva | Responsável |
| 01 | Realizar extensa e adequada pesquisa de mercado | Equipe de Planejamento |
| | Ação de Contingência | Responsável |
| 01 | No caso de preço elevado, deve o pregoeiro negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual. | Pregoeiro |
| FASE DE ANÁLISE | | |

RISCO 04 – CONTRATADA DEIXA DE ATENDER AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS/TÉCNICAS PARA PRESTAR O SERVIÇO

| | |
|-----------------------|-------------------------------------|
| Probabilidade: | (X) BAIXA () MÉDIA () ALTA |
| Impacto: | () BAIXA (X) MÉDIA () ALTA |

DANO

| Possibilidade de inexecução e rescisão do contrato, prejudicando a conclusão do serviço | | |
|--|---|-------------------------------|
| | Ação Preventiva | Responsável |
| 01 | Prestar especial atenção na análise da documentação da empresa que atesta sua habilitação econômica, financeira e técnica. | Pregoeiro |
| 02 | Fiscalizar o contrato, atentando para a devida qualidade técnica na realização das atividades e para a manutenção das condições de contratação exigidas na habilitação. | Gestor ou Fiscais do Contrato |
| | Ação de Contingência | Responsável |
| 01 | Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas | Gestor ou Fiscais do Contrato |
| 02 | Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade | Gestor ou Fiscais do Contrato |
| 03 | Aplicação de penalidades | Gestor do Contrato |
| RISCO 05 – SERVIÇO PRESTADO OU OBJETO ENTREGUE DE FORMA INSATISFATÓRIA/DEFICIENTE | | |
| Probabilidade: | <input checked="" type="checkbox"/> BAIXA <input type="checkbox"/> MÉDIA <input type="checkbox"/> ALTA | |
| Impacto: | <input type="checkbox"/> BAIXA <input checked="" type="checkbox"/> MÉDIA <input type="checkbox"/> ALTA | |
| DANO | | |
| 01 | Interferência na qualidade dos serviços prestados ou entrega do objeto a Unidade Demandante | |
| 02 | Descumprimento das cláusulas contratuais | |
| 03 | Interrupção dos serviços prestados ou entrega do bem a Unidade Demandante. | |
| Item | Ação Preventiva | Responsável |

| | | |
|---|---|-------------------------------------|
| 01 | Estabelecer comunicação com a empresa, informando de maneira clara como devem ser executados os serviços ou entregue o bem, inclusive com o nível de qualidade esperado, de forma a garantir que a empresa tenha plena ciência e conhecimento do resultado a ser entregue | Gestor ou Fiscais do Contrato |
| Item | Ação de Contingência | Responsável |
| 01 | Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas | Gestor ou Fiscais do Contrato |
| 02 | Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade | Gestor ou Fiscais do Contrato |
| 03 | Aplicação de penalidades | Gerente Administrativo e Financeiro |
| BASE LEGAL: ARTIGO 18, INCISO X, LEI N. 14.133/21 | | |
| RESPONSÁVEIS | | |
| Nome | Matrícula | Função/Cargo |
| Valdir França Soares | | Técnico |
| Pedro Jorge Gonçalves Magalhães | | Gerente |



Documento assinado eletronicamente por **Valdir Franca Soares, Técnico**, em 02/06/2025, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Jorge Gonçalves Magalhães, Gerente**, em 03/06/2025, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060658735** e o código CRC **229611AD**.